

DESIGUALDADES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA EUROPA

Maria Carvalho

Tomás Silva

ÍNDICE

PARTE I – TEORIA E MÉTODO.....	1
Capítulo 1 – PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES, CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA	1
1.1. Desigualdades e classes sociais.....	1
Capítulo 2 – OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ANÁLISE DE CLASSES	6
2.1. O objecto de estudo „acção colectiva“	6
PARTE II – ESTRUTURA, CULTURA E ACÇÃO COLECTIVA.....	9
Capítulo 3 – CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA EUROPA.....	9
3.1. A mediação da estrutura do capital	9
Capítulo 4 – SOCIEDADES DO CONHECIMENTO, VALORES E ESTADO NA ANÁLISE DA ACÇÃO COLECTIVA.....	12
4.1. Desigualdades sociais e acção colectiva nas sociedades do conhecimento	12
PARTE III – TRABALHO, POLÍTICA E ACÇÃO COLECTIVA	18
Capítulo 5 – DESIGUALDADES LABORAIS, DESIGUALDADES POLÍTICAS E ACÇÃO COLECTIVA	18
5.1. Precariedade, sindicalização e acção colectiva: realidades nacionais e contexto europeu	18

PARTE I – TEORIA E MÉTODO

Capítulo 1 – PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE DESIGUALDADES, CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA

1.1. Desigualdades e classes sociais

Teorias do conflito e das classes sociais: debates actuais

Nas últimas décadas, o estudo da acção colectiva tem sido sobretudo marcado pela dominação e polarização teórica entre as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais (Turner, 2001; Maheu, 1995). Mas ambas as teorias enfermam de uma certa incapacidade para se inscreverem em quadros meta-teóricos capazes de lidarem com o problema da relação entre estrutura e acção (Crossley, 2002). A sua relativa “especialização”, ficando principalmente ao nível de uma teorização de médio alcance sem vasos comunicantes solidamente ancorados em teorias gerais do social, são insuficientes para as teorias que procuram explorar as relações entre a acção colectiva e as desigualdades sociais. À medida que a „agenda clássica“ dos movimentos sociais vai perdendo centralidade, o desenvolvimento de uma teoria das relações entre desigualdades sociais, classes sociais e acção colectiva inscreve-se na tendência de crescente convergência entre as análises estruturais e culturais da acção colectiva. As actuais abordagens estruturais procuram integrar no seu universo o problema das desigualdades, a imbricação da cultura no estrutural, as dinâmicas dos actores colectivos, ou a mudança institucional. Por parte das actuais

abordagens culturais, assume lugar de relevo a mudança cultural, a produção simbólica, e uma visão menos estratégica e individualista da cultura (Klandermans e Sttagenborg, 2007). Na senda do que Mouzelis (2008) epistemologicamente propõe para a teoria sociológica, apresenta-se um conjunto de argumentos teóricos justificativos e construtores de um programa holístico para o estudo da acção colectiva, profusamente inscrito nos debates actuais e centrais da teoria sociológica contemporânea relativos ao estudo das desigualdades e das classes sociais. A estratégia teórica seguida localiza-se no que Alexander classificou de “terceira vaga” de teorização social do pós-guerra, ou seja, trata-se de procurar ultrapassar a extrema fragmentação e segmentação que a “guerra de paradigmas” originou. Tal significa que para a construção de um programa holístico das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva, torna-se necessária a edificação de um «estado da arte» que produza uma síntese teórica desafiadora, acutilante e actualizada dos “clássicos” da sociologia, das teorias do comportamento colectivo, das teorias da mobilização dos recursos, da acção racional e dos novos movimentos sociais, das teorias do conflito e das classes sociais, bem como das novas sínteses teóricas de Pierre Bourdieu e Nicos Mouzelis. As maiores distâncias e convergências entre todas estas teorias e autores serão balizadas a partir do seu potencial contributo para a inscrição da acção colectiva na relação entre estrutura e

acção, mais concretamente quanto ao problema das desigualdades sociais e acuidade heurística do conceito de classe social. As teorias do “comportamento colectivo” contemplam variantes teóricas do funcionalismo e do interaccionismo. Neil Smelser (1962) fará a mais significativa interpretação aos fenómenos de acção colectiva a partir do modelo teórico funcionalista. Rejeitando que a análise do comportamento colectivo possa ser explicada apenas devido a determinantes psicológicas, Smelser procura as determinantes causais do comportamento colectivo nas estruturas sociais e explicita um quadro de condições para a emergência e desenvolvimento da acção colectiva, que passaria pelas seguintes etapas: condutividade social; tensão estrutural; criação de crenças generalizadas; factores precipitantes; mobilização dos participantes para a acção; e controlo social. Da parte do primeiro interaccionismo simbólico, destacam-se os trabalhos pioneiros de Robert Park, Ernst Burgess e Herbert Blumer. Para estes autores, os comportamentos colectivos não são um mero reflexo de crises sociais, ao invés, os comportamentos colectivos (ou movimentos sociais) constituem parte integrante do normal funcionamento da sociedade, detendo a capacidade de produzir valores e solidariedades indutoras de mudança social. Os estudos de Blumer (1986, 1969) oferecem um quadro teórico em relação aos mecanismos e processos da interacção social quanto à forma como a socialização e o “self” constroem os movimentos sociais, concretamente em contextos de exclusão e

marginalização social. O seu trabalho embrionário relevou a importância de conceitos como os de identidade, sentido e cultura no interior dos movimentos sociais. Em termos diacrónicos e sobretudo no contexto intelectual da sociologia norte-americana, os paradigmas individualistas e utilitaristas assentes no modelo da teoria da acção racional subvalorizaram as abordagens do comportamento colectivo. No emergente contexto teórico dos anos setenta, tornaram-se sobretudo dominantes as teorias da mobilização dos recursos e as teorias do processo político. Nas teorias da mobilização dos recursos (tendo como autores principais Oberschall, McCarthy, Zald, Tarrow e McAdam), a acção colectiva é essencialmente caracterizada Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 9 enquanto acção instrumental-racional e centrada do ponto de vista da capacidade organizativa da obtenção de recursos. A noção limitativa de «interesse» enquanto explicação integrada de acção social, e a escarpelização feita à volta do «dilema do prisioneiro» (Olson, 1998, 1965)¹, vieram demonstrar as carências das teorias da acção racional na explicação da acção colectiva. Uma análise racional entre custos e benefícios acaba por ser insuficiente para entender os motivos individuais, as dinâmicas grupais, ou os processos históricos inerentes às dinâmicas de acção colectiva, apesar da necessária existência de níveis de organização social. Nestas teorias os recursos são conceptualizados enquanto processos de negociação, competição e conflito entre os actores individuais ou

colectivos. As organizações são estruturas de oferta onde os recursos para a acção são centralizados. A compreensão sobre os fenómenos da acção colectiva baseia-se sobretudo no estudo de um conjunto de variáveis como a organização, os interesses, as oportunidades, a mobilização dos grupos e as estratégias dos actores. Barry Hindess (1988) oferece uma perspectiva inovadora no quadro das teorias da escolha racional, ao procurar acrescentar na sua análise, para além dos actores individuais, a importância estratégica dos actores colectivos. Hindess liga conceptualmente a posição social e os cursos de acção dos actores pressupondo a existência de condições sociais externas à sua actuação individual - que os actores controlam parcialmente - de acordo com as técnicas, formas de pensar e meios de acção que têm ao seu dispor. Enquanto as teorias da mobilização dos recursos procuram salientar os aspectos internos organizacionais dos movimentos sociais, as teorias do processo político focam-se nas variáveis externas aos movimentos como o contexto político e institucional. A sua análise estrutural assenta sobretudo no estudo das estruturas das oportunidades políticas, mas, como refere Crossley (2002), carecendo da contextualização social necessária das relações que se estabelecem com as restantes estruturas e campos sociais da sociedade.

Capítulo 2 – OBJECTO DE ESTUDO, METODOLOGIA E ANÁLISE DE CLASSES

2.1. O objecto de estudo „acção colectiva“

Mapear o terreno da acção colectiva: Se no Capítulo precedente se discutiu o problema teórico das relações entre desigualdades, classes sociais e acção colectiva, a apresentação das opções metodológicas que regeram a investigação deve começar, em primeiro lugar, por procurar definir o objecto de estudo e os seus contornos concretos para a observação empírica. A construção conceptual desenvolvida à volta da acção colectiva pressupõe, agora, a necessidade de mapear o terreno/universo da acção colectiva sob o qual os instrumentos e ferramentas da investigação se debruçaram. É a partir do conceito empírico „práticas de acção colectiva“ que são construídos os horizontes e limites desta investigação sociológica. A acção colectiva naturalmente que não se esgota nas práticas de acção colectiva, mas a consubstanciação desta noção/indicador poderá possibilitar novos acréscimos de conhecimento que contribuam para o desenvolvimento problematizador desta área científica. Um conjunto de autores adverte para o perigo da falta de consistência conceptual e enviesadas terminologias que poderão obscurecer a análise da acção colectiva (Poteete e Ostrom, 2004). Para além de uma adequada definição e operacionalização das práticas de acção colectiva, será profícuo situá-las nas suas dimensões macro, meso e micro-sociais, em que “esferas de observação da acção colectiva” essas práticas

se inscrevem e que unidades de análise poderão ser convocadas (Figura 2.1). As práticas de acção colectiva são, ao mesmo tempo, um instrumento de medida, ancorado numa infra-estrutura metodológica e técnica internacionalmente reconhecida como é o caso do “European Social Survey”. Construídas a partir deste inquérito internacional, elas permitem a sua comparabilidade, bem como a determinação de condições e factores que poderão afectar a sua variação, enriquecendo assim a problemática da acção colectiva. O indicador de práticas de acção colectiva (IPAC), construído a partir do questionário do “European Social Survey” abrange as seguintes práticas sociais de implicação colectiva: O contacto com um político, um representante do governo central ou um representante do poder local; Trabalho para um partido político ou movimento cívico; Trabalho numa organização ou associação de outro tipo; Uso de emblema auto-colante de campanha/movimento; Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 60 Assinatura de uma petição; Participação numa manifestação; Boicote de determinados produtos. O alcance destas sete práticas de acção colectiva circunscreve o referente empírico e o esforço de teorização da investigação. De facto, a construção de qualquer indicador implica uma assumpção teórica e metodológica rigorosa e que situe apropriadamente os resultados empíricos que se obtenham. O referente empírico em causa, no fundo, procura contemplar um diverso conjunto de reportórios

de acção colectiva actualmente ao dispor dos cidadãos europeus. Estas práticas de acção colectiva são transversais aos vários países, podendo ser potencialmente mobilizadas por qualquer indivíduo. Existem, por isso, condições metodológicas para poder medir a acção colectiva na Europa, seja pelo tipo de prática de acção colectiva, seja pela sua graduação verificada no conjunto agregado do indicador de práticas de acção colectiva (ausência de acção colectiva, adesão mínima, moderada e elevada de práticas de acção colectiva)⁹. Uma adicional vantagem em relação a outros instrumentos empíricos quantitativos que procuram medir a acção colectiva, tem a ver com o facto da solução de graduação preconizada para operacionalizar o indicador de práticas de acção colectiva (IPAC), conseguir cobrir as suas próprias componentes constitutivas, o que muitas vezes tal não sucede quando os inquéritos apresentam elevadas respostas de não-participação nos seus indicadores isolados. A análise da acção colectiva ao longo da investigação far-se-á pelo tipo de prática, mas recorreu-se sobretudo a uma visão integrada do indicador de práticas de acção colectiva, seja ele medido em termos da in(existência) e/ou intensidade das práticas de acção colectiva. As práticas que compõem o indicador são concretas e delimitadas entre si mas não é possível considerarmo-las como distintas categorias sociais mutuamente exclusivas, ainda para mais quando a multi-participação constitui uma das principais características

do fenómeno da acção colectiva (Della Porta e Diani, 2006).

PARTE II – ESTRUTURA, CULTURA E ACÇÃO COLECTIVA

Capítulo 3 – CLASSES SOCIAIS E ACÇÃO COLECTIVA NA EUROPA

3.1. A mediação da estrutura do capital

Até que ponto o espaço social das classes organiza os campos de possibilidades, recursos e atitudes mobilizáveis em práticas de acção colectiva? De que modo a estrutura do capital, ou seja, ou seja, o volume e composição do capital económico, cultural e social, condiciona e constrange a produção social de acção colectiva na Europa? São principalmente estas as questões que orientarão a análise aqui desenvolvida. A influência do capital social (sobre a acção colectiva) é problematizada sob uma dupla perspectiva: enquanto potencial recurso das classes sociais, e enquanto propriedade social observável nos contextos nacionais dos respectivos países europeus. As práticas de acção colectiva das classes sociais na Europa A partir da tipologia de lugares de classe de Almeida, Costa e Machado (ACM), verificase que na estrutura social europeia (Quadro 3.1) os Empregados Executantes constituem a classe social mais numerosa na Europa (29,4%). Seguem-se os Operários, que perfazem 26,5%, e

logo de seguida os Profissionais Técnicos e de Enquadramento que constituem 26,4% da amostra. Os Empresários e Dirigentes representam 9,9% dos europeus, os Trabalhadores Independentes 4,8% dos indivíduos, e os Profissionais Liberais constituem 3% da população europeia. A utilização do indicador de práticas de acção colectiva (IPAC) permitiu observar que 62,9% dos europeus não revelaram deter qualquer prática de acção colectiva, 18,1% tiveram uma adesão mínima, 9,7% uma adesão moderada, e 9,3% dos europeus participaram em grau elevado em práticas de acção colectiva. Os Empresários e Dirigentes (EL), Profissionais Liberais (L) e Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) são as classes com maiores níveis de envolvimento no conjunto das práticas de acção colectiva inquiridas. A estas classes pertencem-lhes as maiores percentagens de agentes sociais com uma maior frequência e intensidade de práticas de acção colectiva. Em situação contrária encontramos os Trabalhadores Independentes (TI), os Empregados Executantes (EE) e os Operários (O). Nestas classes sociais a grande maioria (entre 64,2% e 74%) não realizaram práticas de acção colectiva, e somente 7,6% dos trabalhadores Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 88 independentes, 8% dos empregados executantes e 4,6% dos operários participaram intensamente em práticas de acção colectiva.

Quadro 3.1 - Classe social e práticas de acção colectiva na Europa (%)

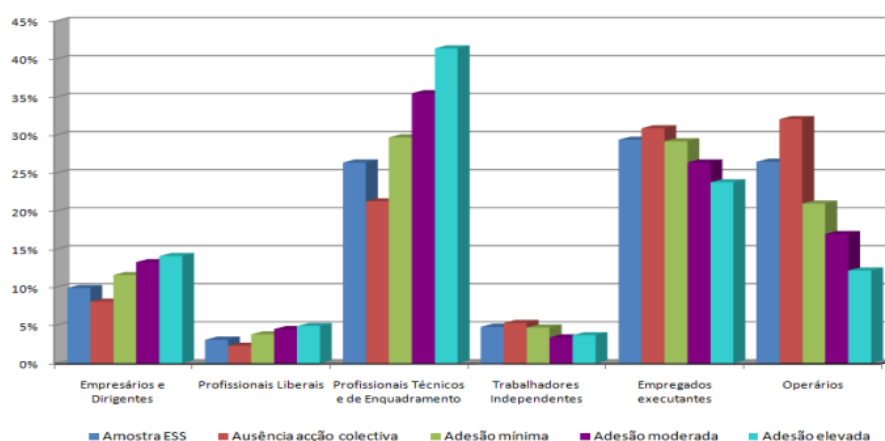
Classe social (% na amostra)	Ausência acção colectiva	Adesão mínima a práticas de acção colectiva	Adesão moderada a práticas de acção colectiva	Adesão elevada a práticas de acção colectiva	Total
	(62,9%)	(18,1%)	(9,7%)	(9,3%)	(100%)
Empresários e Dirigentes (9,9%)	50,1%	22%	13,8%	14,1%	100%
Profissionais Liberais (3%)	45,7%	23,3%	15,1%	15,9%	100%
Pr..Técnicos Enquadramento (26,4%)	49,5%	21,1%	13,8%	15,6%	100%
Trabalhadores Independentes (4,8%)	66,9%	18,3%	7,2%	7,6%	100%
Empregados Executantes (29,4%)	64,2%	18,6%	9,2%	8%	100%
Operários (26,5%)	74%	14,8%	6,6%	4,6%	100%

Fonte: European Social Survey (2008)

O Gráfico 3.1 elucida complementarmente sobre a diminuição ou aumento do nível de adesão +a práticas de acção colectiva em função das diversas classes sociais, sobretudo entre os resultados obtidos pelos operários e empregados executantes, por um lado, e pelos empresários e dirigentes, profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, por outro. No caso dos ED, L e PTE, verificamos que à medida que aumenta o nível de adesão a práticas de acção colectiva reforça-se o seu peso proporcional, superando o valor médio de cada uma destas classes no total da amostra. Esta situação destaca-se sobretudo no caso dos profissionais técnicos e de enquadramento: representam 41,4% dos europeus que revelaram adesão elevada a práticas de acção colectiva. Nos empregados executantes e principalmente nos operários, à medida que aumenta o nível de adesão à acção colectiva vai diminuindo a percentagem de indivíduos no respectivo indicador. Os trabalhadores independentes não se diferenciam muito em função do nível de práticas de acção colectiva,

acompanhando sempre a média da amostra. Do universo dos europeus que revelaram adesão elevada a práticas de acção colectiva, apenas 12,2% são operários, mas a percentagem praticamente que triplica, relativamente a esta classe, quando observamos o comportamento de ausência de acção colectiva. Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 89

Gráfico 3.1 - Distribuição das classes sociais em função do nível de adesão a práticas de acção colectiva (%)



Fonte: European Social Survey (2008)

Capítulo 4 – SOCIEDADES DO CONHECIMENTO, VALORES E ESTADO NA ANÁLISE DA ACÇÃO COLECTIVA

4.1. Desigualdades sociais e acção colectiva nas sociedades do conhecimento

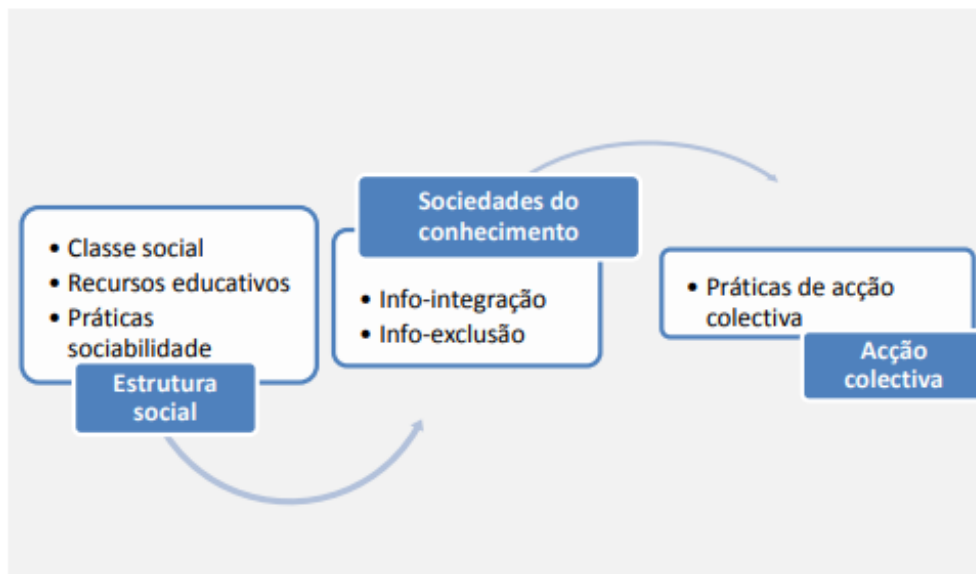
Nas sociedades em rede e do conhecimento, surgiram novas formas e meios de exercício da cidadania. As relações entre a tecnologia e a acção colectiva sofreram profundas mudanças, particularmente quanto à utilização da internet, que se disseminou globalmente e passou a estar presente nos repertórios e estratégias dos actores

colectivos. O crescente incremento de actividades sociais ligadas à produção, circulação, dominação e partilha de conhecimento, tornou-se elemento central do conflito (Della Porta e Diani, 2006; Mouzelis, 2001). A relevância do debate e a discussão à volta do conceito de sociedade do conhecimento (Costa e outros, 2008; Ávila, 2008 e 2005), não oculta, pelo contrário, salienta que as dinâmicas da sociedade do conhecimento não são imunes às desigualdades sociais. «Velhas» e «novas» desigualdades sociais, no que diz respeito ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação, entrecruzam-se e sobrepõem-se, construindo «fossos digitais» entre indivíduos, estratos, classes sociais e regiões, à medida que, em paralelo, se intensifica a «domesticação» alargada dos computadores e da internet (Alves, 2008) e estes assumem uma cada vez maior importância estratégica para o desenvolvimento das sociedades modernas. De igual modo, a reflexividade (Giddens, 1995) e a capacidade para agir nas sociedades do conhecimento (Stehr, 1994), são condicionadas por desigualdades sociais (Ávila, 2005). Lash (2000) refere a existência de vencedores e perdedores da reflexividade, pelo facto de as oportunidades de vida dependerem da posição social detida face ao “modo de informação”, com impactos sobre a cidadania dos respectivos indivíduos. Tal como a presença cada vez mais decisiva e generalizada de competências de literacia nas sociedades do conhecimento revelam desigualdades e exclusões sociais. Competências essas que assumem um carácter

transversal e de suporte a outras competências em diferentes domínios da vida social, inclusive o exercício da cidadania (Ávila, 2005), Naturalmente que as competências específicas de utilização das novas tecnologias de informação e da comunicação (TIC), ou literacia tecnológica, são uma das componentes fundamentais das sociedades do conhecimento. Propõe-se uma aproximação ao problema das desigualdades sociais – procurando aferir dos efeitos da literacia tecnológica sobre a acção colectiva, no quadro de uma análise de classes. Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 138 São analisadas as variações da acção colectiva no contexto das sociedades do conhecimento e da informação, em função da classe social, da escolaridade, da utilização da internet, idade e práticas de sociabilidade: estes constituem os atributos sociais analisados que permitem compreender melhor os processos de estratificação social e exclusão digital que atravessam as sociedades actuais. Que conexões sociais existem entre a utilização da internet e a acção colectiva? Que perfis sociais de activismo social poderemos encontrar por parte de utilizadores e não utilizadores da internet? Que peso as classes sociais assumem nas sociedades da informação e do conhecimento? Que realidades e contextos das sociedades do conhecimento nos países europeus são possíveis de aferir? São debatidos alguns contributos, com evidência empírica, quanto à presença das desigualdades sociais nas sociedades do conhecimento europeias e as suas

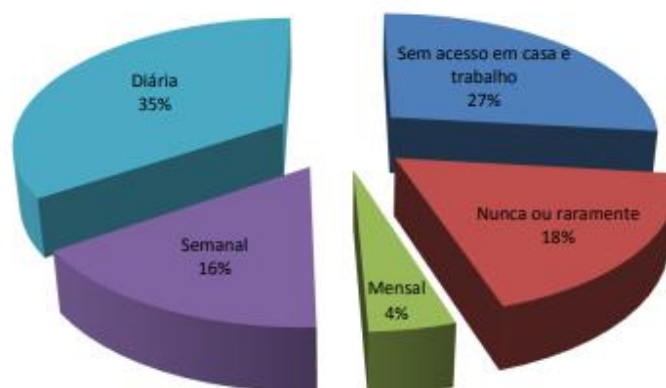
consequências sobre a acção colectiva. Sociedades do conhecimento: a captura de conceitos e de indicadores na análise da acção colectiva Se um conjunto de autores consagrados ao longo do pensamento sociológico colocou a tónica no carácter pós-industrial e informacional dos modelos de desenvolvimento das sociedades modernas (Touraine, 1969, Bell, 1973; Lyon, 1992; Drucker, 1993; Stehr, 1994; Castells, 2003 e 2002), um recente patamar problemático tem-se progressivamente afirmado, procurando analisar as desigualdades sociais nos contextos das sociedades da informação e do conhecimento (Witte e Mannon, 2010; Halford e Savage, 2010; James, 2007; Dijk, 2005; Chen e Wellman, 2005; Katz e Rice, 2002). Outros ainda, procuram compreender a acção colectiva nestas sociedades digitais-desiguais (Scholzman e outros, 2009; Head, 2009; Cardoso e outros, 2005). Propõe-se um modelo de análise (Figura 4.1) que explore as relações entre a estrutura social, as sociedades do conhecimento e a acção colectiva. Ao nível da estrutura social, constituem elementos de interpretação analítica as classes sociais, os recursos educativos e as práticas de sociabilidade, procurando explicar até que ponto eles interferem na integração ou exclusão quanto ao uso corrente das ferramentas da sociedade do conhecimento (a utilização da internet), e quais as consequências sociais específicas das sociedades do conhecimento sobre a produção de acção colectiva.

Figura 4.1 – Modelo de análise: Estrutura social, sociedades do conhecimento e acção colectiva



São mobilizados um conjunto de indicadores para o estudo sistemático das sociedades do conhecimento: indicadores tecnológicos, educacionais e socioprofissionais. Respectivamente, referem-se à utilização da internet, anos de escolaridade e “profissão versus situação na profissão” (tipologia ACM56). Entre o

Gráfico 4.1 – Utilização da internet na amostra do “European Social Survey” (%)



uso esporádico da internet e o seu uso diário (e provavelmente pluriactivo e multicontextual), dista um enorme passo. A frequência de utilização dependerá não apenas das características sociais dos utilizadores e da relação que estabelecem com os contextos e actividades em que são utilizados estes recursos, mas também da sua familiaridade com a tecnologia (Alves, 2008). No inquérito europeu “European Social Survey” (2008), 35% dos inquiridos utilizam diariamente a internet, para fins pessoais, em casa ou no trabalho; 16% utilizam-na semanalmente e 4% uma vez por mês. Responderam que nunca ou raramente utilizam a internet 18% dos europeus e 27% não tem acesso à internet, nem em casa nem no trabalho (Gráfico 4.1).

PARTE III – TRABALHO, POLÍTICA E ACÇÃO COLECTIVA

Capítulo 5 – DESIGUALDADES LABORAIS, DESIGUALDADES POLÍTICAS E ACÇÃO COLECTIVA

5.1. Precariedade, sindicalização e acção colectiva: realidades nacionais e contexto europeu

Mercados de trabalho, trabalhadores, acção colectiva :Se a modernidade europeia do pós-guerra assumiu os sindicatos como parceiros integrantes dos sistemas de relações industriais com vista ao desenvolvimento social, político e económico das sociedades europeias, um conjunto de transformações em curso alteraram o contexto de actuação dos sindicatos enquanto actores da construção e cidadania europeias. O sindicalismo europeu, caracterizado por diferentes regimes de relações industriais, tem sido tema de inúmeras abordagens e perspectivas: uma delas, reporta-se aos níveis da sindicalização europeia, e um conjunto de autores têm-se sobretudo centrado numa óptica diacrónica (Visser, 2006, 2002; Scruggs, 2002; Ebbinghaus, 2002; Ebbinghaus e Visser, 2000, 1999; Waddington e Hoffman, 2001, 2000). Valerá igualmente a pena procurar desenvolver abordagens sincrónicas referentes ao sindicalismo europeu, e aos seus respectivos contextos, condições, processos e consequências sociais. No quadro de uma realidade económica global que sofreu profundas mudanças, os

mercados de trabalho europeus passam por alterações estruturais substanciais na composição sectorial do emprego, particularmente um crescimento assinalável do terciário em todos os países (Oliveira e Carvalho, 2010: 113). Em concomitância com as evoluções organizacionais da estrutura do capital europeu e mundial, as economias europeias industrializadas atravessam processos de reestruturação empresarial, de variável escala e intensidade, que se repercutem nos mercados de trabalho sectoriais, nacionais e locais mais ou menos abertos às dinâmicas da competitividade e globalização económica, visando principalmente o aumento da eficiência económica e inerente redução dos custos operacionais. Com impactos ambivalentes nas regulações e políticas dos Estados nacionais perante as transformações económicas (Barbier e outros, 2003), os Estados-nação continuam a poder exercer influência económica e política (Milward, 1992) - uma vez que os sistemas de produção industrial e as grandes multinacionais continuam a necessitar de bases de operação territoriais relativamente estáveis -, e, nesta base, as políticas seguidas por muitos países europeus tendem para uma desregulação e liberalização dos mercados de trabalho (Witte, Desigualdades sociais e acção colectiva na Europa 196 2005: 11; Oliveira e Carvalho, 2010:197), num contexto macro-económico de crescente incapacidade para incrementar a criação e manutenção de emprego (cada vez mais dependente dos actores económicos privados), em volume e qualidade

equivalentes aos parâmetros dos direitos sociais e laborais estabelecidos pelo contrato social pós-1945. Se os mercados de trabalho europeus têm crescido em termos da capacidade para criarem emprego, conforme revela o aumento das taxas de actividade da maioria dos países europeus (Costa e outros, 2000), a problemática da flexibilidade dos mercados laborais tem questionado a qualidade do emprego produzido. Pensar na qualidade do emprego, implica, antes de mais, situá-lo nos diferentes modelos de produção industrial. Se, na realidade, a maior parte do trabalho continua inscrito dentro dos círculos do fordismo e dos padrões de contratação «standard» institucionalizados nas últimas décadas (o contrato permanente e por tempo indeterminado), as duas últimas décadas assistiram a um aumento do assalariamento precário na maioria dos países europeus (Oliveira e Carvalho, 2010), conforme o demonstram os relatórios produzidos pela Comissão Europeia (ESOPE, 2004); incremento principalmente oriundo das novas áreas dos serviços e negócios, que se (des)regulam nas alterações produzidas nas legislações laborais (subordinadas às leis comerciais), ou nas «correlações de força» em disputa nos acordos colectivos e regulamentações profissionais, nos casos dos sectores tradicionalmente mais protegidos (ESOPE, 2004: 66). A subordinação prática das leis laborais às leis comerciais (mais ou menos invisíveis) das economias de mercado, é apontada pela literatura como uma das principais causas do incremento do emprego precário (ESOPE, 2004: 15). O «ónus de encargo» que

advém da necessidade de contratação, é justificado por referência à provisão dos serviços necessários à prossecução dos objectivos empresariais delimitados, cujas formas organizacionais convoláveis em trabalho se compatibilizam com as modalidades contratuais precárias previamente disponíveis nos respectivos mercados de trabalho em causa. A flexibilização das relações laborais construiu, em determinadas situações concretas, fronteiras menos nítidas entre trabalho dependente e por conta própria, com a intermediação do trabalho temporário, a subcontratação, ou o «outsourcing» (enquanto processos de externalização das empresas), dando origem a formas atípicas e híbridas de emprego e de organização do trabalho, mais dificilmente capturadas pelos indicadores estatísticos e metodologias quantitativas convencionais.